

PERCEPÇÃO AO RISCO DE INUNDAÇÃO EM RONDONÓPOLIS – MT

Wellington Rodrigues Araújo¹
Caio Augusto Marques dos Santos²

RESUMO - Neste trabalho buscou-se compreender um dos aspectos da relação sociedade e natureza: como as pessoas percebem o fenômeno das inundações. Assim, o objetivo central traçado foi analisar se as variáveis socioeconômicas, renda e escolaridade, da população influenciam suas percepções sobre o risco de inundação em Rondonópolis-MT. Para tanto, selecionou-se moradores que residem o mais próximo possível do ribeirão Arareau em três setores: parte da área central e dos bairros Jardim Paulista e Jardim Brasília. Essas áreas foram escolhidas baseadas em estudo anterior que relata histórico de episódios de inundação. Além disso, foram aplicados, para coleta de dados, um formulário com perguntas fechadas relacionadas às variáveis renda e escolaridade e sobre o fenômeno da inundação. Os principais resultados alcançados apontam que a maioria da população dessas áreas convive com até dois salários mínimos, tem o ensino fundamental incompleto, moram há mais de 20 anos nesses locais e entendem e percebem o risco de inundação. Dessa forma, procurar saber e entender as percepções da população a partir de suas experiências de vida sobre o que acontece na cidade, sobretudo nos bairros, é fundamental para uma melhor gestão pública e contribui para a melhoria da condição de vida.

Palavras-Chaves: Percepção; Risco; Inundação; Rondonópolis-MT.

PERCEPTION OF RONDONOPOLIS FLOOD RISK – MT

ABSTRACT - In this work sought to understand one of the aspects of the relation society and nature: how people perceive the flood phenomenon. Thus, the central object traced was to analyze whether socioeconomic variables, income and schooling, of the population influence their perceptions about the flood risk in Rondonópolis-MT. Therefore, was select residents as close as possible to the flow of Arareau in three sectors: part of the central area and neighborhoods Jardim Paulista e Jardim Brasília. These areas were chosen based on a previous study that reports a history of flood episodes. In addition, were applied, to data collection, a form with closed questions related income and schooling variables and on the flood phenomenon. The main results achieved point that the majority of the population of these areas live with until two minimum wages, have incomplete elementary school, have lived in these areas for more than 20 years and understand and perceive the risk of flooding. In this way, seek to know and understand the perceptions of the population from their life experiences about what happens in the city, especially in the neighborhoods, is fundamental for a better public management and contributes to the improvement of the condition of life.

Key Words: Perception; Risk; Inundation; Rondonópolis-MT.

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso, campus universitário de Rondonópolis.

² Doutor em Geografia. Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato, campus universitário de Rondonópolis – kiomarques@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A cidade de Rondonópolis-MT é uma cidade de porte médio localizada no sul-sudeste do estado. De acordo com o último censo demográfico (2010) a população era de 195.476 habitantes. Assim como uma parte das cidades brasileiras, vivencia situações em que problemas ambientais saltam à vista em decorrência de planejamento e gestão públicos que não observam adequadamente a relação sociedade/natureza.

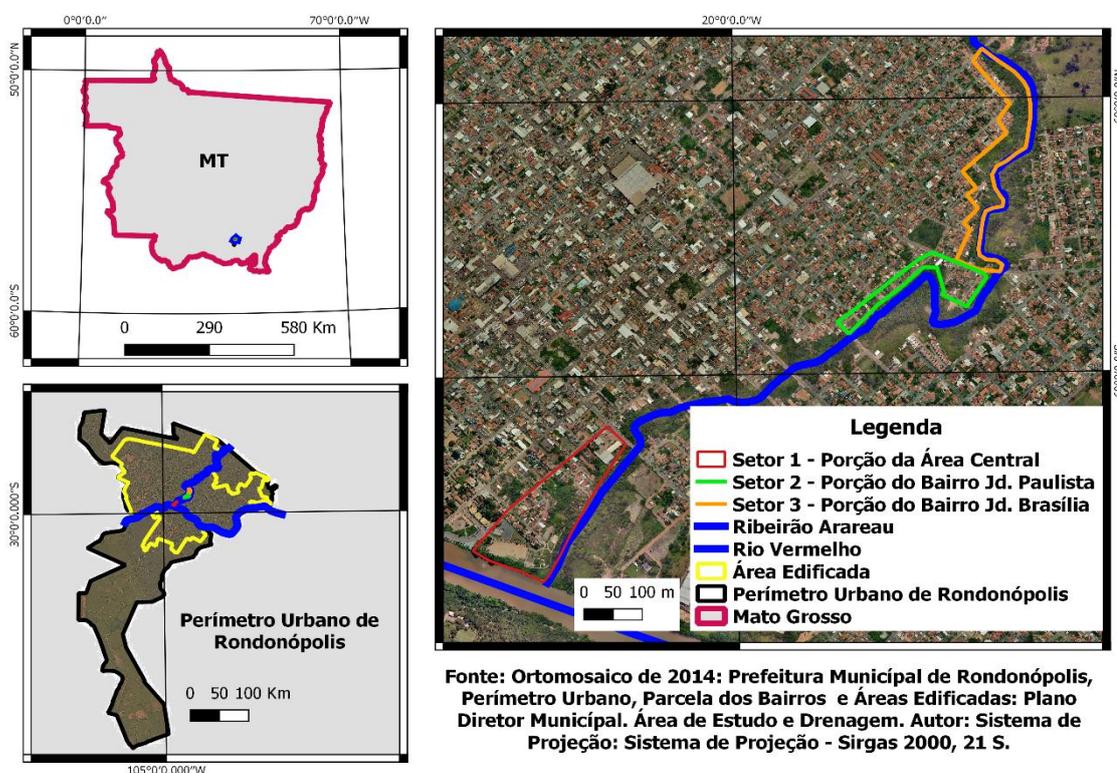
Significa afirmar que a natureza possui processos e dinâmicas próprias, assim como a sociedade, porém, quando conjugadas e em interação, produzem resultados que podem ser inesperados, ou até mesmo extremos.

Neste trabalho, procurou-se analisar como a população de três setores da cidade localizados próximos ao ribeirão Arareau (Figura 1) percebem o fenômeno da inundação. Ressalta-se que este fenômeno é natural, ou seja, acontece independente da vontade e do controle humano. Assim, do ponto de vista unicamente da natureza, as inundações possuem seus ritmos de frequência e intensidade, que passam a ser alterados quando surge a influência da sociedade, sobretudo com o desmatamento e ocupação das planícies de aluviais.

Diante do exposto, o objetivo central do trabalho foi de analisar se as variáveis socioeconômicas, renda e escolaridade, influenciam na percepção dos moradores, de três setores selecionados, ao risco à inundação. A escolha das áreas para a realização do trabalho foi baseada em Trassi (2015), que verificou nas áreas alto risco de inundação.

A justificativa de analisar a percepção frente a um fenômeno natural baseou-se no fato de que o estudo da percepção é o primeiro passo em um processo que vise o envolvimento da população na interpretação de uma situação de risco (MOURA, 2011). Além disso, a percepção fomenta o conhecimento do problema, que pode e deve ser levado em consideração nos processos de planejamento e gestão pública.

FIGURA 1. Localização das áreas de estudo.



Fonte: ARAUJO, W.R (2018).

Inserir as variáveis renda e escolaridade no trabalho com percepção fundamenta-se no aspecto do acesso à informação do ponto de vista formal, isto é, nas escolas e universidades. Baseou-se, portanto, a escolha dessas variáveis, na relação hipotética existente numa sociedade de classes, com níveis de desigualdades consideráveis, de quanto maior a renda, maior a possibilidade de prosseguir estudando e tendo acesso à formação. Dessa forma, nas escolas e universidades, teriam informações de como funciona e se processa o fenômeno da inundação (desde suas dinâmicas naturais até suas alterações por influência social).

A tempo, justifica-se também, os usos dos termos “social” e sua derivação “sociedade”. Optou-se por usá-los por entender que os problemas ambientais não são produzidos de forma igual por todos os humanos, tampouco sentidos da mesma forma. A produção e o alcance desses problemas advêm da relação do homem com a natureza, que, assim como a sociedade, é desigual.

MATERIAIS E MÉTODOS

O início do desenvolvimento deste trabalho baseou-se em levantamento bibliográfico acerca dos conceitos principais que nortearam a pesquisa: percepção, risco e inundação.

Para a compreensão da percepção dos moradores das áreas escolhidas foi formulado um questionário com questões fechadas que abrangia dois aspectos gerais: as variáveis renda e escolaridade e a percepção. Com o primeiro buscou-se quantificar os ganhos mensais do entrevistado e tempo de estudo formal. Com o segundo, procurou-se levantar dados e informações sobre tempo de residência no local, episódios de inundação vivenciados, se há riscos de inundação, conhecimento sobre o fenômeno da inundação e motivo de permanência.

Após aplicação dos formulários, a tabulação dos dados foi feita no programa Excel. Posteriormente à quantificação dos dados obtidos, foram feitos gráficos demonstrando a proporção dos resultados gerados das questões respondidas pelos moradores.

A aplicação foi feita através de visitas às casas dos moradores. O primeiro trabalho de campo foi realizado no setor 1 no dia 17 de dezembro de 2017, no período vespertino. Foram realizadas a aplicação de 30 questionários. O segundo foi realizado no dia 11 de janeiro de 2018, também no período vespertino, e foram aplicados 30 questionários aos moradores do setor 2. No terceiro e último campo, realizado dia 19 de janeiro de 2018, no período vespertino, foram aplicados 30 questionários aos moradores do setor 3.

Acredita-se que o número de 30 formulários aplicados aos moradores de cada setor de estudo, possibilita ter uma visão abrangente e capaz de ser representativa do total de moradores de cada uma das áreas estudadas. As casas escolhidas foram sempre as mais próximas do ribeirão Arareau e independente do padrão construtivo das casas, de forma a não influenciar diretamente as variáveis socioeconômicas.

Como forma de complementar os dados obtidos pelas perguntas do questionário, procurou-se estabelecer, sempre que possível, um diálogo com o morador objetivando conseguir relatos dos moradores que vivenciaram as transformações desses lugares, contribuindo subsidiar as análises da pesquisa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA – CONCEITUAL

Percepção, Risco e Lugar

A importância de compreender a relação do indivíduo e o meio, parte do pressuposto do entendimento da consciência com o lugar, como espaço vivido, e a percepção como maneira de

compreender o mundo, e o risco como a possibilidade da ocorrência de algum dano de perdas humanas ou econômicas. Assim, lugar, percepção e riscos, cruzam-se a partir de situações de adversidades para o ser humano e suas atividades e meio envolvente.

Acontecimentos que desencadeiam catástrofe de ordem natural ou provocado pela ação humana, pode gerar fenômenos que afetam a vida e mudanças na sociedade e no ambiente.

A percepção constitui como um passo importante para o entendimento de como as pessoas assimilam as adversidades em sua volta e de como compreendem o lugar nas relações entre si e o ambiente (HOGAN e MARANDOLA, 2011).

Ao se averiguar a compreensão das atuações de incidentes, interpostas pelas ações naturais e humanas, o indivíduo através da sua percepção, onde envolve a sua capacidade de perceber o que está em volta, detém da noção de conhecimento do que está em seu arredor. A capacidade de entendimento dos ambientes onde o sujeito reside está relacionado com as atividades cognitivas (estímulos sensoriais, dentre elas os cinco sentidos, a visão, audição, tato, paladar, olfato), embora comporte outras dimensões (SMITH, 2014).

A percepção “oferece um acesso ao mundo dos objetos práticos e instrumentais, isto é, a partir das sensações nos orienta para a ação cotidiana e para as ações técnicas mais simples; a percepção é uma forma de conhecimento” (CHAUI, 2000. p. 155). A percepção consiste na eficiência de ver e interpretar o comportamento do que é observado, dado ao indivíduo ou fenômeno analisado.

Diante dos mecanismos que reforçam a capacidade de compreensão da interpretação da visão real de mundo que o sujeito está inserido, a possibilidade de o indivíduo assimilar as representações de perigo é constante, pois a compreensão de algo que gera uma tradução de ameaça ou dano “está sempre associado à possibilidade de um acontecimento diretamente nefasto, ou do qual podem resultar determinadas contrariedades” (DUARTE, 2014, p.16).

A forma que o risco é apreendido e a explicação que o justifica, sugere como possibilidade de consequência ou perda de algo a partir de situações de intensa magnitude, ocasionando contratempo aos seres humanos e suas atividades do meio envolvente.

Para Moraes (2014, p. 8), risco

é a probabilidade de consequências danosas resultantes das interações entre perigos naturais, ou induzidos pelo homem, e condições vulneráveis. O relatório do UNDP para Redução do Risco de Desastre considera risco como o número de mortes em um evento perigoso em relação população total e posta a tal evento. Ou seja, restringe ao risco de perdas de vidas humanas, não considerando outros tipos, como perdas econômicas, de moradias ou infraestrutura.

Tanto o risco como o perigo correspondem uma ameaça para o homem, para as suas atividades e bens. “Por sua vez, ao conceito de risco está inerente a probabilidade, maior ou menor, da ocorrência do perigo. A efetiva concretização do perigo origina, então, a crise” (DELGADO, 2014, p.16). Nessas condições o risco convém numa tradução de uma ameaça, de um perigo para aquele que está sujeito a ele e o percebe como sendo a probabilidade (ou frequência) esperada de ocorrência dos danos, perdas ou prejuízo consequentes da consumação do perigo. Segundo Delgado (2014, p.16), “quanto maior for o risco, maior será o perigo, tornando-se então o risco uma forma de quantificar o perigo”.

Isso se configura numa ação humana, como o sinônimo de possibilidade de ameaça física ou dano, gerando consequências / perdas econômicas, ambientais e sociais, como prejuízos de materiais numa interrupção de um exercício econômico e humano na contaminação por doenças como impacto negativo.

Dessa forma, o risco não existe sem um indivíduo ou população que o perceba e possa sofrer seus danos. Compreender a ligação entre percepção e riscos, faz entender como um indivíduo ou grupo percebe a ocorrência, ou não, de um determinado risco relacionado as adversidades naturais e humanas.

Para Pedro Miyazaki (2014, p.14), “o risco está associado às diversas atividades executadas pelo homem, aos empreendimentos em geral, cujo próprio funcionamento se apoia mais em uma busca pela segurança dos sistemas e em cenários de acidentes”. Para a autora o conceito de risco está associado à ideia de incerteza, então relacionada aos aspectos ecológicos (poluição, degradações relacionadas à industrialização e ao crescimento demográfico), onde o ser humano é um dos principais agentes modificadores da paisagem, junto com as ações naturais da natureza.

Diante desses aspectos, relacionados e resultantes da ação humana, as atividades antrópicas vêm provocando alterações e impactos no ambiente há muito tempo, existindo crescente necessidade de se apresentar soluções e estratégias que minimizem e revertam os efeitos da degradação ambiental e do esgotamento dos recursos naturais com mais frequência.

Devido à quantidade de pessoas afetadas por eventos físicos e as consequentes perdas econômicas e humanas, tem se dado mais ênfase a este assunto e vários estudos vem sendo desenvolvidos a fim de minimizar as perdas econômicas, ambientais e humanas (MOURA, 2011). Dessa maneira, a palavra risco condiciona a possibilidade ou frequência esperada de ocorrência dos danos, perdas ou prejuízo consequentes da consumação de um evento natural ou humano, que possibilita danos à integridade física, perdas materiais e patrimoniais, para um indivíduo ou uma população.

Para Moura (2011, p.17),

Os principais impactos sobre a população são: prejuízos de perdas materiais e humanas, interrupção da atividade econômica das áreas inundadas, contaminação por doenças de veiculação hídrica como leptospirose, cólera, entre outros, e contaminação da água pela inundação de depósitos de material tóxico, estações de tratamentos, entre outros.

As expressões risco e perigo são palavras parecidas, em que ambas expressam o sentido de ameaça, porém, a primeira ressalta a possibilidade do agravamento de um dado fenômeno gerando algum tipo de dano, a segunda refere-se ao perigo correspondente a uma ameaça para o homem, para as suas atividades e bens em ocasiões.

Para entender a ocorrência dos riscos que envolvem, tanto as atividades humanas como as atividades naturais, são necessários saber como, onde e quando acontece as possibilidades de eventos danosos ligados a esse termo. Na busca de um diálogo entre a suscetibilidade aos riscos e a compreensão da percepção que as pessoas desenvolvem diante deles, é preciso saber o modo como o indivíduo ou a população exposta percebem as circunstâncias das causas e consequência de dado fenômeno natural ou humano ocorrida em algum lugar.

A palavra lugar deriva do pertencimento do espaço vivido, onde o homem se apropria da natureza, gerando laços para a vida em um determinado ambiente. De acordo com Carlos (2007, p.17), “lugar é a porção do espaço apropriável para a vida, apropriada através do corpo, dos sentidos, dos passos de seus moradores, considerando que é através do corpo que o homem habita e se apropria do espaço”.

Dessa forma, o conceito (lugar) é utilizado para demonstrar o sentido de pertencimento do indivíduo a um determinado espaço, o qual oferece liberdade de pensar, habitar, se sentir vivo em um espaço que lhe ofereça condições de subsistência. Segundo Giommetti et al. (2012,

p, 34), “é necessário adentrarem sua estrutura social, procurando apreender o seu modo de produção e as relações socioeconômicas vigentes”.

Partindo-se da constatação de que os membros e os grupos de uma sociedade são unidos por um sistema de relações de obrigação, numa visão de organização coletiva, esse arranjo pode ser sistematizado em entender a noção de lugar e experiência e lugar e suas particularidades, como aponta GIOMMETTI et al. (2012).

As duas situações pontuam com entendimentos distintos, porém ligadas ao mundo do ser humano. A primeira é definida como valorização das relações de afetividade desenvolvidas pelos indivíduos em relação ao ambiente onde, “nesta linha de raciocínio, o lugar é resultado de significados construídos pela experiência, ou seja, trata-se de referenciais afetivos desenvolvidos ao longo de nossas vidas” (GIOMMETTI et al., 2012, p, 35). Verifica-se que o lugar se torna um ambiente íntimo, pertencente e exclusivo, onde permeia a individualidade, o domínio particular de algo como, por exemplo, do espaço de vivência, como um quarto onde estão inseridos a suas necessidades existenciais, interação com objetos e pessoas, sua história de vida.

Nesse sentido, de certa forma, quando o espaço é familiarizado, torna-se lugar na medida em que adquire definição e significados. “Lugar e singularidade remete a dizer, de um lado, das características históricas e culturais inerentes ao processo de formação, e de outro, da expressão da globalidade” (GIOMMETTI et al., 2012, p, 35).

Busca-se entender o conceito de lugar não como algo pertencente ao indivíduo, mas como uma história de um espaço vivido (lugar amplo), que vem passando por diversas finalidades de seus usos ao longo do tempo, como por exemplo uma praça, um bairro, uma rua, que particulariza uma atividade encontrada nesses ambientes.

Para Carlos (2007, p.18),

São os lugares que o homem habita dentro da cidade que dizem respeito a seu cotidiano e a seu modo de vida onde se locomove, trabalha, passeia, flana, isto é, pelas formas através das quais o homem se apropria e que vão ganhando o significado dado pelo uso.

Desse modo, lugar constitui-se na identidade histórica entre a ligação do homem ao meio onde se vive. Entretanto, com o tempo, as ligações da identidade do sujeito se veem influenciada, determinada, ou mesmo ameaçada, pelas relações do lugar com um espaço mais amplo e, com isso, quanto maior eficiência de interação do sujeito com outros lugares, maiores a chance do desligamento da sua identidade ao qual se vivenciou, onde, através de um modo de apropriação, ou da atividade prática, vai mudando constantemente o espaço e os seus significados, marcando e renomeando os lugares, acrescentando, por sua vez, traços novos e distintos que trazem novos valores aos trajetos construídos e percorridos (CARLOS, 2007).

Através de novos acessos de interações das relações sociais de comunicação do sujeito com novos lugares, percebe-se a alternância de significados e sentidos existentes em seu consciente, fazendo assim a troca do velho pelo novo, ou seja, a capacidade de obter novos comportamentos em seu trajeto percorrido faz com que muitas vezes as lembranças de lugares antigos se perdem em sua memória ao longo do tempo, pelo fato de estarem ligados a uma nova dinâmica global imposta pelas transformações do mundo atual.

Para um indivíduo ou um grupo, “uma experiência breve e intensa pode anular o passado, de modo que estamos dispostos a abandonar o lar pela terra prometida” (TUAN, 1983, p.22). Experimentações novas de ações voltadas à vivência, podem caracterizar o anseio do esquecimento do modo de vivência passada, devida às novas atividades desencadeadas na sua interação social, em um mundo praticamente global.

Como aponta Carlos (2007, p.45), “em um mundo mais conectado a nível global, onde o sentido da mundialização (global) (re)significa o processo de reprodução das relações sociais em escala mundial”, justifica-se, por vezes, que o lugar, independentemente de ser o único espaço atrelado à particularidade de um indivíduo ou grupo, pode obter uma comunicação numa relação social mais intensa e transformadora das características atuais.

Exemplo disso seria dos bairros de migrantes italianos que sofreram um processo total de transformação que destruiu as fachadas das casas, mudou os aspectos do uso da rua, criou novas funções eliminando-se a identidade cultural e o sentido da comunidade, mergulhando-os na tendência homogeneizante do processo socioespacial da metrópole. Isto porque a nova territorialidade caracteriza também o desenraizamento, o anonimato e o individualismo sobre o ser humano (CARLOS, 2007. p. 46).

A prática do afastamento do espaço vivenciado pelo ser, muitas vezes o que fica para o sujeito são as lembranças guardadas em suas memórias, pensamentos adquiridos de rememorações passadas. Portanto, o lugar pode ser considerado como ambiente de laços afetivos com os quais se desenvolve ao longo do tempo, e pode se tornar algo esquecido e sem memória conforme o próprio tempo de sua duração.

Nesse sentido, o sujeito passa a não mais evidenciar o que o lugar te proporciona, mas o sentido da percepção que trabalha com ele faz com que a relação ao lugar possa estar guardado em pequenos frascos de seus sentidos, como o cheiro, lembranças, sons sonoros, gostos, que ao longo do seu caminho pela vida esses elementos se tornam gatilhos memoráveis de vestígio de um passado que se foi deixando apenas recordações.

Tendo isso como arcabouço, percepção, risco e lugar estão entrelaçados na medida em que esses três conceitos se, relacionam-se e interagem-se relacionam em um dado espaço geográfico, porém suas ações práticas e singulares são destinadas em diferentes finalidades, mas que, conjuntamente, desenham uma totalidade, em que interagem fatores naturais, socioeconômicos, culturais e políticos.

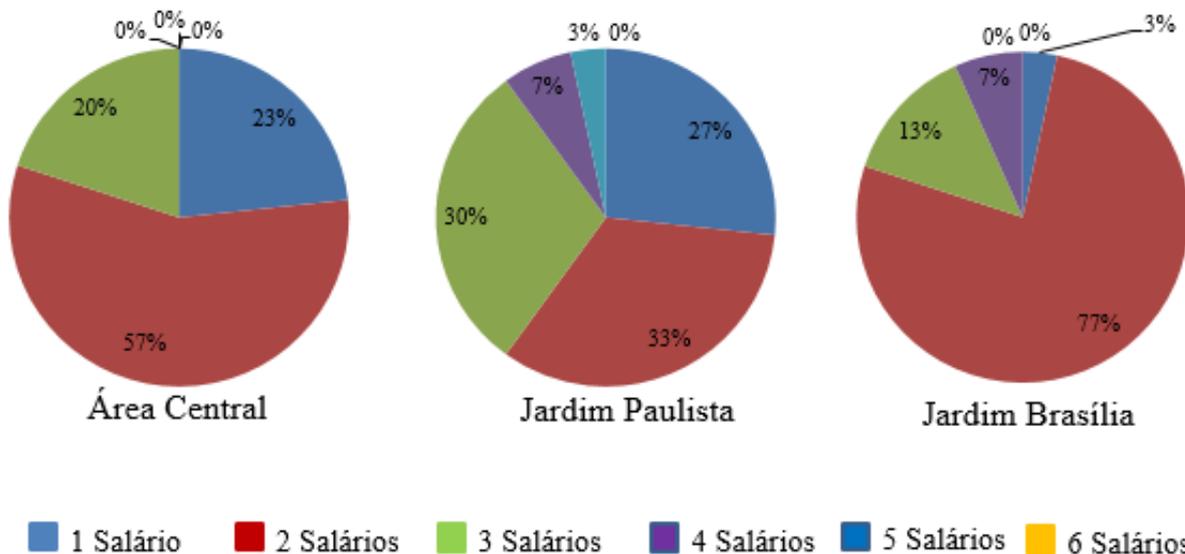
Portanto, os três conceitos utilizados nesse tópico, buscam demonstrar como o envolvimento do ser humano está ligado ao pertencimento, que ajudam compreender como as pessoas interpretam a realidade vivenciada com o lugar (espaço vivido), a percepção como a maneira de compreender o mundo, e o risco como a possibilidade da ocorrência de algum dano de perdas humanas ou econômicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apresentação dos resultados segue a lógica da formulação dos questionários: variáveis socioeconômicas e percepção.

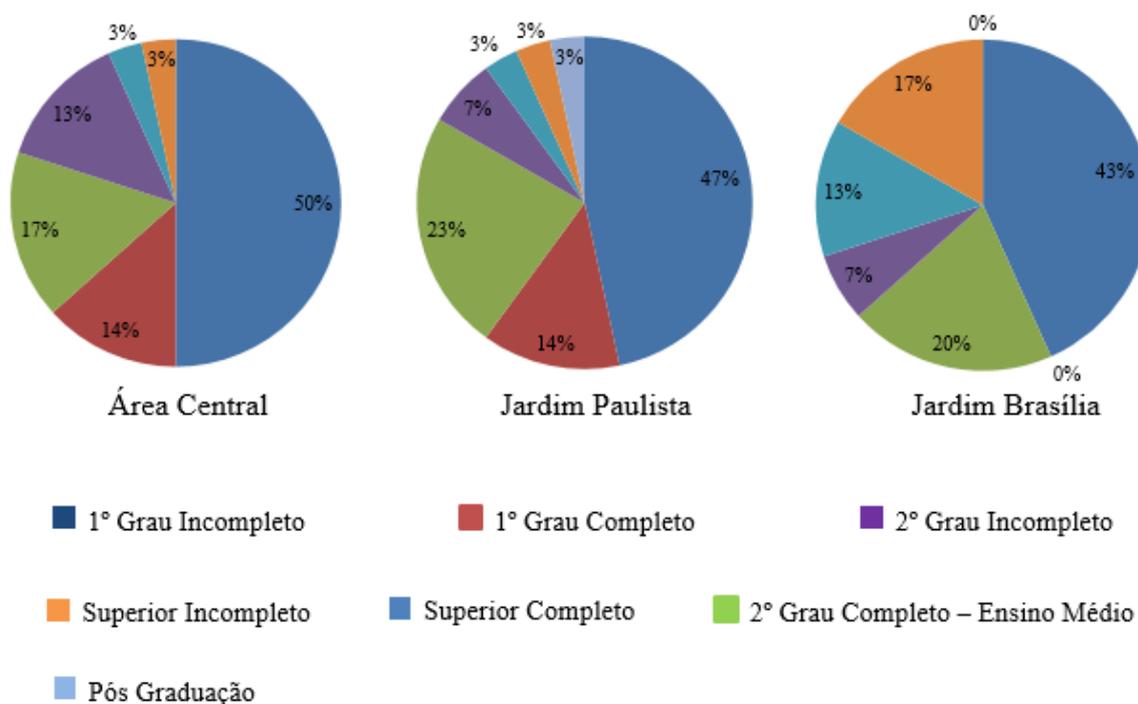
Acerca da renda mensal dos moradores entrevistados dos três setores (Figura 2), tem-se o seguinte panorama: há o predomínio de renda de dois salários mínimos, com 57%, 33% e 77%, respectivamente nos setores 1, 2 e 3.

FIGURA 2. Renda mensal dos moradores entrevistados nos três setores.



O grau de escolaridade dos moradores entrevistados (Figura 3) apresenta o predomínio do ensino fundamental incompleto, com 50%, 47% e 43% respectivamente nos setores 1, 2 e 3. Igualmente nas três áreas, o ensino médio completo foi o grau de escolaridade com a segunda maior predominância (17%, 23% e 20%).

FIGURA 3. Grau de escolaridade dos moradores entrevistados nos três setores.

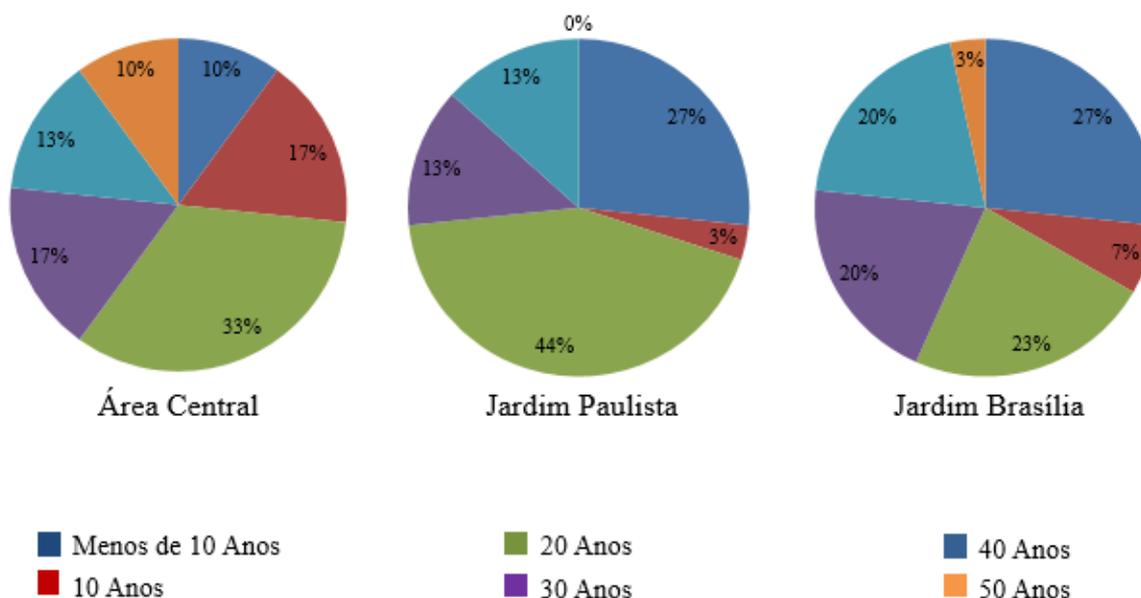


O reflexo do desprestígio da educação pelos governantes na perspectiva de Koara (2009, p. 90),

se torna claro pelas verbas destinadas a ela, que não acompanham o aumento do número de alunos; na política da educação desvinculada do desenvolvimento humano, social e econômico; na estrutura física das escolas inadequadas para o aprendizado; no cargo cada vez mais desvalorizado de professor, pelas péssimas condições de trabalho e pelos salários cada vez mais achatados; nas salas de aulas com muitos alunos; nas instituições escolares desvinculadas da comunidade em que estão inseridas; nas propostas pedagógicas massificadas e distantes da realidade dos alunos.

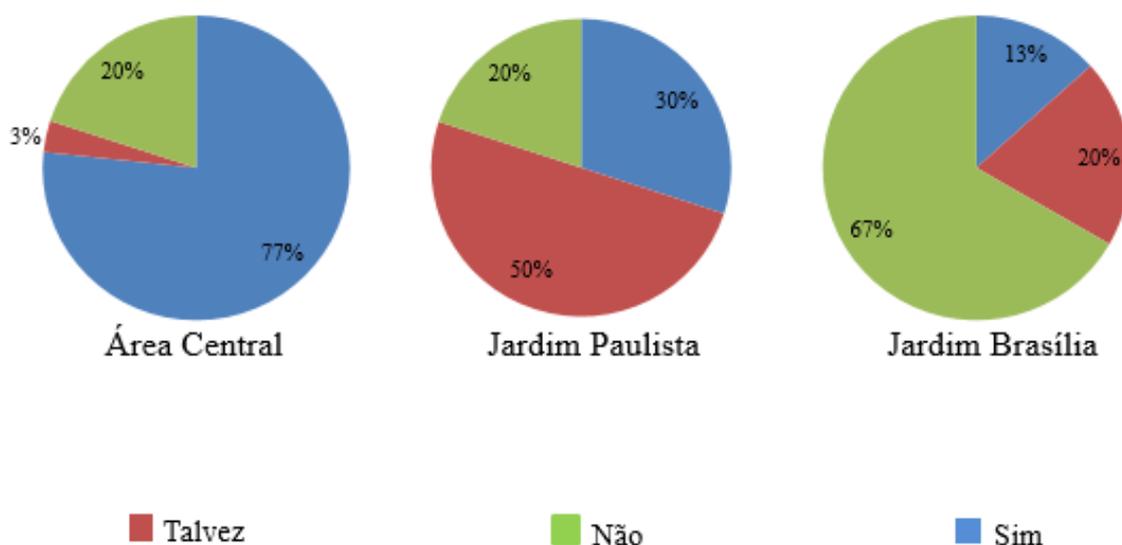
O tempo de moradia dos entrevistados em suas residências (Figura 4) é variável importante que pode condicionar a percepção, tendo em vista o contato e a observação prolongada de determinados aspectos. Verificou-se que nos setores 1 e 2 tem-se o predomínio de moradores que residem há mais de vinte anos na casa, com porcentagens de 33% e 44%, respectivamente. Já no setor 3, com 27%, predominam moradores que residem nas casas há menos de 10 anos.

FIGURA 4. Tempo de moradia dos moradores entrevistados nos três setores.



Quando questionados sobre a percepção ao risco de inundação, os 77% dos moradores do setor 1 afirmaram existir o risco a inundações. No setor 2, 50% afirmaram que talvez exista o risco. E, por fim, no setor 3, 67% afirmaram não existir risco a inundações (Figura 5).

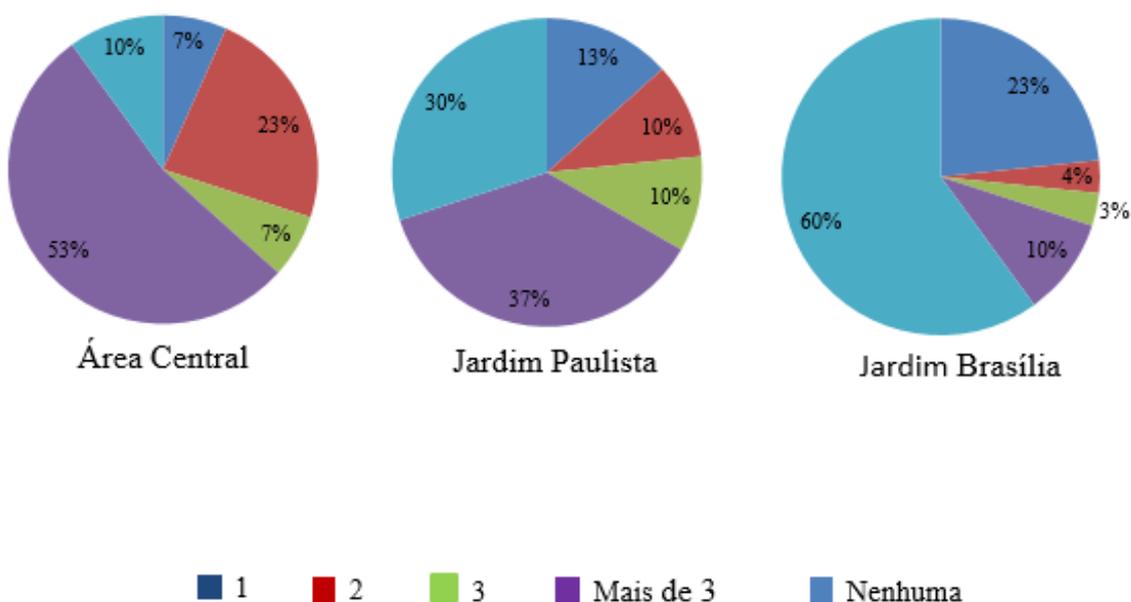
FIGURA 5. Percepção dos moradores entrevistados sobre o risco de inundação.



O surgimento de bairros em áreas de riscos e de proteção de mananciais, gerou-se lucro com a expansão urbana desordenada gerando um caos urbano que tem trazido prejuízo a toda sociedade e penalizado a população de baixa renda, ficando os direitos sociais vinculados ao poder aquisitivo das pessoas (KOARA, 2009).

Um dado importante levantado das entrevistas foi a quantidade de episódios de inundação vivenciados pelos moradores (Figura 6), pois é possível relacioná-lo com o tempo de moradia. As respostas predominantes dos moradores entrevistados do setor 1 (53%) e do setor 2 (37%) apontam terem presenciado mais de três episódios de inundação. Enquanto 60% das respostas dos moradores do setor 3 apontam para nunca terem presenciado uma inundação.

FIGURA 6. Quantidade de episódios de inundação vivenciados pelos moradores entrevistados.



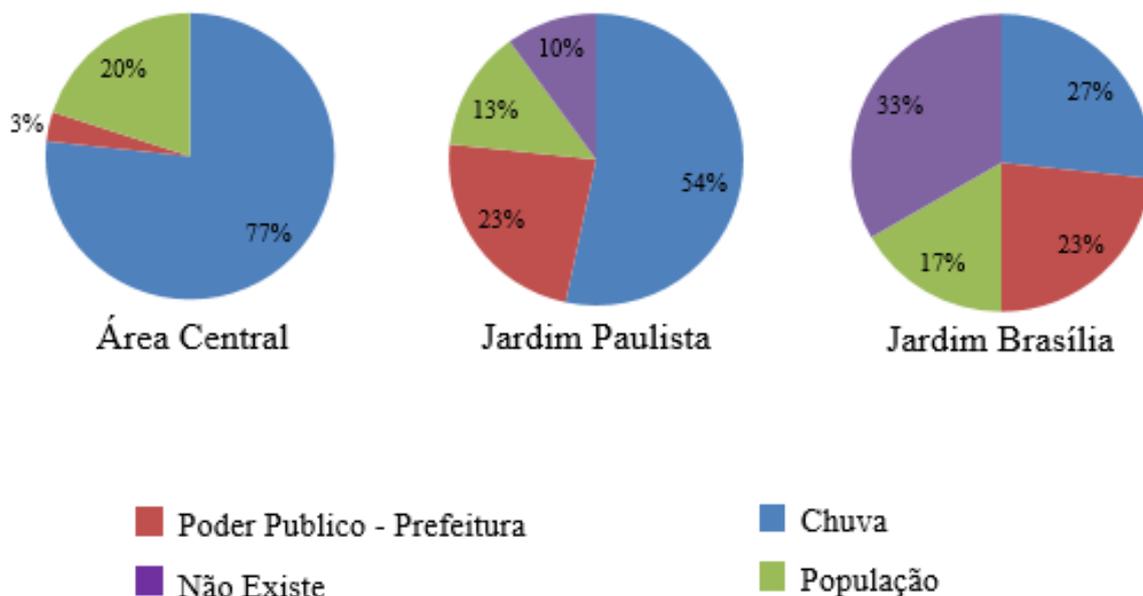
De acordo com Koara (2009, p. 36),

A maioria dos trabalhadores das grandes cidades brasileira, devido ao baixo salário recebido, à valorização das áreas urbanizadas e à falta de oferta pública de habitação de interesse social, foi obrigada a construir sua casa onde a terra era desvalorizada, por não possuir infra-estrutura urbana e serviços públicos.

Os moradores foram questionados, também, acerca da sua percepção sobre os fatores responsáveis pelas inundações. Para 50% dos moradores entrevistados no setor 1 e 54% do setor 2, o principal fator responsável pelas inundações são as chuvas, seguidos pelo poder público e população. Já no setor 3, 33% afirmaram não existir inundações na área, seguidos pela chuva e poder público (Figura 7).

A percepção “oferece um acesso ao mundo dos objetos práticos e instrumentais, isto é, a partir das sensações nos orienta para a ação cotidiana e para as ações técnicas mais simples; a percepção é uma forma de conhecimento” (CHAUI, 2000. p. 155). A percepção consiste na eficiência de ver e interpretar o comportamento do que é observado, dado ao indivíduo ou fenômeno analisado.

FIGURA 7. Fatores responsáveis pelas inundações de acordo com a percepção dos moradores entrevistados.



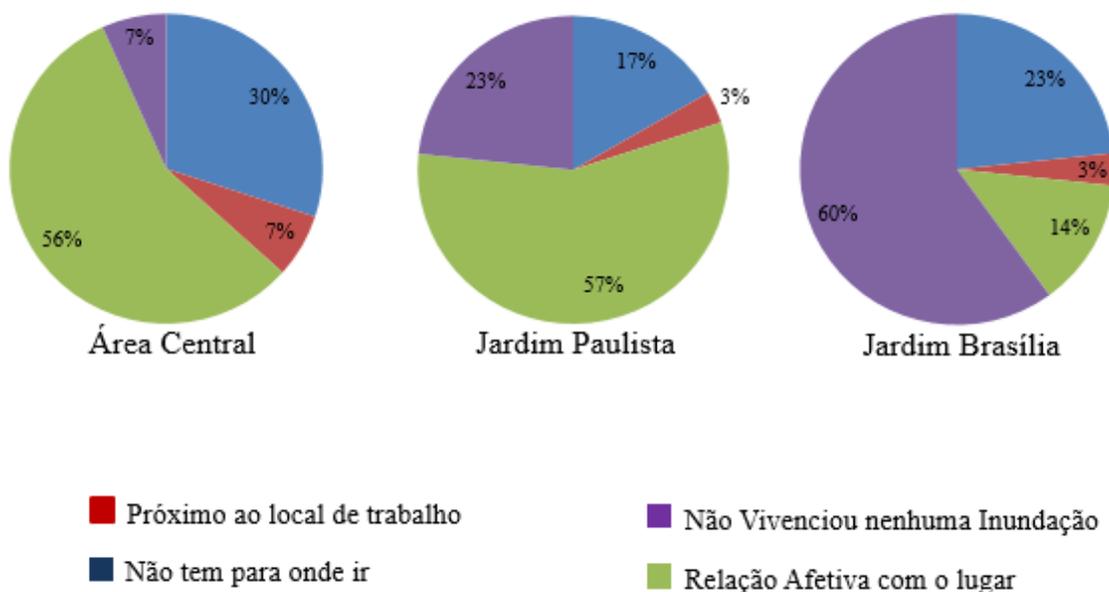
Diante da vivência de episódios de inundações e da percepção do risco, procurou-se entender o motivo de permanência nas residências. Os dados alcançados (Figura 8) mostraram similaridade de respostas entre os moradores do setor 1 e do setor 2, com 56% e 57% respectivamente afirmando que permanecem devido à relação afetiva com a residência. No setor 3, 60% dos moradores permanecem por nunca terem vivenciado um episódio de inundação.

A topofolia “resume em um sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Isso indica a expressão de sentimentos que os indivíduos têm com o lugar por ser o local de moradia e o meio de se ganhar a vida” (TUAN 1980, p. 107).

Nesse sentido a topofolia demonstra o valor humano que se refere aos espaços de posse como exemplo da moradia, a qual condiz com a vivência no dia a dia do indivíduo com o lugar. Por isso que o sentimento topofílico depende da experiência e também da própria territorialidade, “pois o lugar amado é geralmente um território apropriado no que se criam raízes e que comporta as origens dos indivíduos” (STURZA, 2005, p.25-36).

No quadro 1 é possível observar as respostas predominantes dos moradores entrevistados.

FIGURA 8 - Motivo de permanência dos moradores nas residências com risco de inundação.



QUADRO 1. Síntese das respostas predominantes dos moradores entrevistados dos três setores.

RESPOSTAS PREDOMINANTES	SETOR 1	SETOR 2	SETOR 3
Renda mensal	Até 2 salários	Até 2 salários	Até 2 salários
Grau de escolaridade	Ens. fund.incomp.	Ens. fund.incomp.	Ens. fund.incomp.
Tempo de moradia	Mais de 20 anos	Mais de 20 anos	Menos de 10 anos
Risco de inundação	Sim	Talvez	Não
Episódios vivenciados	Mais de 3	Mais de 3	Nenhum
Fatores responsáveis	Chuvas	Chuvas	Não existe inundação
Motivo de permanência	Relação afetiva	Relação afetiva	Não vivenciou nenhuma

A partir da observação e análise dos dados levantados foi possível verificar que os moradores dos três setores apresentam condições similares no que se refere às variáveis socioeconômicas, renda e escolaridade. Porém, o que se pode perceber é que elas tiveram pouca influência e, portanto, não condicionaram as demais respostas relativas à percepção ao risco de inundação.

Verificou-se que o principal fator condicionante da percepção foi a experiência, ou seja, ela foi capaz de suprir o baixo grau de escolaridade. Em dois setores os moradores vivem há mais de vinte anos no local e presenciaram mais de três episódios de inundação. O fato de terem vivenciado o fenômeno algumas vezes colaborou para a observação e entendimento, inclusive, do seu principal fator responsável, as chuvas.

Em torno das respostas sobre o risco de inundação foi possível relativizá-las. Isto porque, não é possível afirmar com clareza se o entendimento acerca do risco é em decorrência da experiência ou da escolaridade, mesmo que baixa. Porém, é possível acreditar que a primeira opção seja a mais provável, tendo em vista as respostas aos demais itens.

A experiência ainda aparece como forte fator nos motivos de permanência, que é a relação afetiva. Mesmo percebendo o risco e terem vivenciado episódios de inundação, permanecem na residência pela proximidade e laço criado com o local.

As respostas dos moradores do setor 3 diferem-se dos demais setores, contudo, ainda assim, é possível traçar a assertiva de que a experiência condicionou as suas percepções. O fato da maioria entrevistada viver há menos de dez anos no local, e não ter vivenciado nenhum episódio de inundação, fez perceberem que não há risco a inundação. Além de ser o motivo de permanecerem no local. Entretanto, outro paralelo é possível de ser feito. Embora a experiência diga que não há risco de inundação, não significa que não tenha. Reconhecer uma área de planície aluvial e saber que ela representa o local de extravasamento das águas de um curso d'água é tema presente nas escolas.

Dessa forma, no presente trabalho, a experiência no local vivido influenciou sobremaneira as respostas dos moradores entrevistados, todavia, não significa afirmar que as variáveis socioeconômicas não tenham tido peso, mas sim, importância secundária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção final por detrás do objetivo principal deste trabalho esteve assentada na tentativa de entender um pouco melhor como se processa a relação entre condição social e a percepção dos indivíduos, isto é, a primeira condiciona a segunda, ou se a segunda está isenta dos pressupostos da primeira?

Tem-se claro que a percepção está diretamente ligada à experiência vivida, por isso, muito atrelada à escala local de convivência (lugar), que permite observações mais atentas e precisas. Este fato ficou estampado no trabalho, sobretudo quando se analisa as respostas dos moradores entrevistados dos setores 1 e 2. Diante da permanência em suas residências por mais de vinte anos e terem vivenciado mais de três episódios de inundação, os permitiu perceber que seus locais de morada possuem risco à inundação. Percepção e entendimento estes, que provavelmente supriram o conhecimento formal devido à baixa escolaridade. Porém, ressalta-se o provavelmente, já que o trabalho não avaliou mais profundamente o grau de informação que os entrevistados detinham. Mesmo os moradores destes setores entendendo que o principal fator responsável pelas inundações são as chuvas, não há como distinguir se esse entendimento advém do conhecimento formal ou da experiência.

Por outro lado, quando se analisa o setor 3, as respostas respaldam a experiência como fator importante da percepção: residem a menos de dez anos, nunca vivenciaram episódios de inundação, talvez por isso não existe o risco ao fenômeno e, também, não entendam seu principal fator causador. Contudo, fica a dúvida diante do grau de escolaridade: poderiam perceber o risco mesmo sem a experiência? Desse modo, tendo em vista o ressaltado anteriormente, não é possível obter resposta, tampouco uma conclusão, já que não se mediu de forma mais efetiva o conhecimento formal dos entrevistados.

Por fim, a relação causal de que quanto maior o nível de renda, maior o grau de escolaridade, e, portanto, maior conhecimento sobre os fenômenos naturais, precisa sempre ser relativizada, sob o risco de cair na armadilha de conclusões simplistas e acríticas a respeito do desenvolvimento das relações sociais. Dessa maneira, condição social e percepção influenciam-se mutuamente, com intensidades e pesos de influência a depender das situações.

Destaca-se a importância de estudos de percepção em planejamento e gestão pública. Os indivíduos necessitam ser ouvidos por conhecerem com detalhes seu lugar. Os aspectos culturais da experiência vivida devem ser levados em consideração para não limitar o ser humano ao condicionamento único das condições sociais de existência material.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARLOS, ANA FANI ALESSANDRI. O lugar no/do mundo. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.

CHAUÍ, MARILENA. **Convite à filosofia**. 1 ed. São Paulo: Ática, 2000. 567 p.

Constituição (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 2016. 123 p.

DUARTE, V. D. **A Percepção Social do Risco de Cheias em Amarante**. 2014. 115 f. Dissertação (Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território) - Faculdade de Letras / Universidade do Porto. Disponível em: https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.show_file?pi_gdoc_id=481618>. Acesso em: 17 nov. 2017.

DELGADO, V. M. D. **A Percepção Social do Risco de Cheias em Amarante**. 2014. 115 f. Dissertação (Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território) - Faculdade de Letras / Universidade do Porto.

GIOMETTI, ANALÚCIA BUENO DOS REIS; PITTON, SANDRA ELISA CONTRI; ORTIGOZA, SILVIA APARECIDA GUARNIERI. **Leitura do Espaço Geográfico Através das Categorias: Lugar, Paisagem e Território**. Acervo Digital, UNESP / UNIVESP - 1ª edição, v. 9, n. 22, p.33-40, ago.2012. Disponível em:<<http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/47175>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

KOHARA, LUIZ TOKUZI. **Relação entre as condições de moradia e o desempenho escolar: Estudo com crianças residentes em cortiços**. 2009. 297 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/ USP. São Paulo.

MARANDOLA, EDUARDO; HOGAN, DANIEL JOSEPH. **Vulnerabilidade do lugar e riscos na região metropolitana de campinas**. 1 ed. Campinas: NEPO – Publicações - UNICAMP, 2011. 173 p.

MOURA, É. F. **Percepção de risco em áreas de população vulnerável a desastres naturais do município do Guarujá – SP**. 2011. 100 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

MORAIS, J. M. **Desastre Ambiental: Percepção de Risco em Uma Comunidade não Atingida**. In: X Congresso Nacional de Excelência em Gestão. Agos. 2014. Rio de Janeiro. 1-23 - P. Disponível; em: http://www.inovarse.org/sites/default/files/T14_0160_1.pdf. Acesso em: 31-07-2018.

PEDRO MIYAZAKI; CORREIA, LEDA. **Dinâmica de apropriação e ocupação em diferentes formas de relevo: análise dos impactos e da vulnerabilidade nas cidades de Presidente Prudente e Marília/SP**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Tecnológica, Universidade Estadual paulista, Presidente Prudente/SP, 2014.

SMITH, PLÍNIO JUNQUEIRA. **A percepção como uma relação: uma análise do conceito comum de percepção**. ANALYTICA, Rio de Janeiro, v. 18, n. 01, p. 109-132, jun./dez. 2014.

Disponível em: < <https://revistas.ufrj.br/index.php/analytica/article/download/2326/2126>>.
Acesso em: 30 jul. 2018.

STURZA, J. A. I. **Lugar e não lugar em Rondonópolis - MT: Um Estudo de Cognição Ambiental.** Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas ed. Rio Claro-SP: [s.n.], 2005. 163 p.

TRASSI, J. S. **Estudo do potencial de inundações nas microbacias da cidade de Rondonópolis, Mato Grosso.** 2015.159 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Mato Grosso – Campus Universitário de Rondonópolis.

TUAN, YI FU. **Topofilia: Um Estudo de Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente.** Edição. São Paulo: Difel, 1980. 288 p.